

Estados querem mudar acordo de ajuste fiscal firmado com a União

Governos pedem que multa da repatriação seja discutida separadamente

BÁRBARA NASCIMENTO
barbara.nascimento@bsb.oglobo.com.br

ANDRÉ COELHO/23-11-2016

BRASÍLIA. O acordo firmado entre União e governadores há menos de uma semana, para que os estados façam um duro ajuste fiscal em troca da multa da repatriação de recursos enviados ao exterior sem serem declarados à Receita Federal, começou a perder forma. Após pressão dos estados do Nordeste, os secretários de Fazenda pedem agora para que ajuste e multa sejam tratados de forma separada, e não mais como contrapartida.

Em uma carta divulgada na última sexta-feira, os governadores do Nordeste discordaram do acordo firmado com a União. Esses estados estão, de forma geral, em melhor situação fiscal do que os demais entes da federação e não precisam de medidas tão duras. Além disso, os governadores e secretários de Fazenda argumentam que boa parte dos estados já tem feito um ajuste severo há pelo menos um ano.

— Fica parecendo que governadores, agora, para poderem receber um dinheiro, vão administrar o equilíbrio fiscal dos seus estados. Isso não existe. Está se fazendo isso desde o ano passado, e com um custo social duro de se enfrentar — afirmou o secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, André Horta.

Segundo a secretária de Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão, os estados não queriam um “troca-troca”:

— O problema é muito mais uma questão de forma que de conteúdo em relação às medi-



Encontro. Reunião de governadores com Henrique Meirelles na semana passada: tema voltará a ser discutido na quinta-feira

das que nós trouxemos. Houve uma manifestação dos governadores do Nordeste no sentido de não aderir ao pacto. Ficou claro que ninguém está aqui para fazer troca-troca. Não viemos aqui pedir multa para oferecer ajuste.

‘CARDÁPIO’ DE MEDIDAS

A ideia, apresentada em reunião com a equipe técnica do Ministério da Fazenda ontem, é que as medidas de ajuste fiscal sejam discutidas separadamente e dispostas como em um “cardápio”, para que os governadores escolham as ações que mais se adaptem às dificuldades estaduais.

Na reunião, eles pediram para que algumas medidas de ajuste sejam modificadas. Os

estados querem que o prazo para que vigore um teto para o gasto público seja de dez anos, com possibilidade de revisão a partir do sexto ano. Na proposta apresentada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o prazo também era de uma década, mas com revisão a partir do sétimo ano.

Os secretários sugeriram, ainda, que seja facultada ao estado a escolha do indexador que define o teto do gasto: a inflação do ano anterior ou 90% da receita corrente líquida (RCL), o que for maior. O aumento da alíquota de contribuição previdenciária para 14% também seria adaptado à necessidade de cada estado e deixaria de ser obrigatório.

— Quando você faz uma ca-

misa de tamanho único, é mais difícil. É melhor utilizar essa forma de cardápio que se adapta à necessidade de cada estado — explicou Horta.

O novo desenho será levado aos governadores e, depois, ao ministro da Fazenda. Uma nova reunião está marcada para quinta-feira.

Horas antes da reunião de ontem no Ministério da Fazenda, o governo do Distrito Federal anunciou que encaminhará projeto de lei à Câmara Legislativa pedindo autorização para remanejar 75% do superávit do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos (Iprev) para fechar a folha de pagamento de funcionários da ativa, dos aposentados e dos pensionistas nos próximos três meses. ●

Repatriação garante contas públicas no azul

País tem superávit fiscal de R\$ 39,6 bi em novembro. No ano, déficit é de R\$ 45,9 bi

GABRIELA VALENTE
valente@bsb.oglobo.com.br

-BRASÍLIA- Com recursos extraordinários da repatriação, o Brasil conseguiu ficar no azul em outubro. União, estados, municípios e empresas estatais conseguiram arrecadar mais do que gastar R\$ 39,6 bilhões: é o melhor resultado já registrado. No entanto, no ano, o país ainda está no vermelho, de acordo com os dados divulgados ontem pelo Banco Central.

— O resultado foi bastante impactado pelo programa de

regularização. Esse é um ponto fora da curva dos resultados que temos observado neste ano. O resultado foi importante, mas não reverteu a tendência de ter déficits fiscais. A tendência de déficits permanece de forma crescente — comentou o chefe-adjunto do departamento econômico do BC, Fernando Rocha.

EM 12 MESES, ROMBO DE R\$ 137 BI

De janeiro a outubro, o déficit primário acumulado está em R\$ 45,9 bilhões, o pior resultado da série histórica. No mesmo período do ano passado, o rombo era de R\$ 20 bilhões. No acumulado em 12 meses, o resultado está no vermelho em R\$ 137,2 bilhões, ou 2,23% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta para este ano é um resultado

Números

R\$ 5,5 BILHÕES

Seria o rombo das contas públicas em outubro sem os recursos da repatriação

70,3% DO PIB

É o tamanho da dívida pública bruta. Houve alta de 0,4 ponto percentual frente a setembro

negativo de R\$ 170,5 bilhões.

Rocha fez as contas de como teriam sido os números sem o dinheiro da repatriação. No ano, o rombo seria de R\$ 92,7 bilhões. Em outubro, haveria déficit de R\$ 5,5 bilhões.

De acordo com o Banco Cen-

tral, a dívida bruta do Governo Central (governo federal, INSS, governos estaduais e municipais) chegou a R\$ 4,3 trilhões em outubro. Isso representa 70,3% do PIB: um patamar 0,4 ponto percentual do PIB maior em relação ao mês anterior.

Rocha informou que a dívida bruta brasileira cairá cerca de 1,6 ponto percentual quando o BNDES antecipar os R\$ 100 bilhões que deve ao Tesouro Nacional. A instituição financeira tem R\$ 523 bilhões de dinheiro da União nos seus cofres. Isso representa 8,5% do PIB.

No entanto, esse pagamento, quando ocorrer, não terá qualquer efeito na dívida líquida, já que os recursos entram na contabilidade da União como um ativo. Ou seja, já são descontados do endividamento líquido. ●